



Autoridade Nacional de Proteção de Dados

CONTRATO Nº 13/2024

Processo nº 00261.001312/2022-83

Unidade Gestora: [CGTI](#)

**TERMO DE CONTRATO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE
EQUIPAMENTOS
AUDIOVISUAIS E DE
VIDEOCONFERÊNCIA NAS
DEPENDÊNCIAS DA ANPD QUE
CELEBRAM ENTRE SI A
AUTORIDADE NACIONAL DE
PROTEÇÃO DE DADOS E A
CROSSING COMERCIO E
SERVICOS DE TECNOLOGIA
LTDA.**

A **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.365.866/0001-71, com sede na SCN, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, 9º e 10º andares, Edifício Supercenter Venâncio 3000, Bairro Asa Norte, na cidade de Brasília/DF, CEP 70716-900, doravante denominada **CONTRATANTE**, por intermédio do seu Diretor-Presidente, Senhor **WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR** nomeado pelo Decreto de 5 de novembro de 2020, publicado no DOU de 06 de novembro de 2020, e de outro lado a **CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.734.075/0001-00, estabelecida à Av. Antônio Gil Veloso 1818 Box 15, Praia Da Costa - Vila Velha / ES, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora: **WADES ANDRÉ DA ROCHA** portador do CPF nº *****.476.52*-***, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993](#), [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#) e da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017](#), resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 024/2023 (Processo nº 00261.001312/2022-83), sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de instalação e montagem de equipamentos audiovisuais e de videoconferência nas dependências da AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO

DE DADOS, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

| | ID | DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO | MARCA/MODELO | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | QUANT. | VALOR TOTAL |
|---------|--------------------------------|---|---|---------|----------------|--------|----------------------|
| GRUPO 1 | 15 | Serviço de Instalação - Sala de videoconferência pequena | Instalação com fornecimento de todos os tipos de cabos, conectores | SERVIÇO | R\$ 1.800,00 | 1 | R\$ 1.800,00 |
| | 16 | Serviço de Instalação - Sistema móvel | e acessórios de instalação dos equipamentos | | R\$ 1.600,00 | 4 | R\$ 6.400,00 |
| | 18 | Serviço de Instalação - Sala de videoconferência grande (2 telas) | previstos no projeto, para a perfeita integração e funcionamento do sistema | | R\$ 3.500,00 | 2 | R\$ 7.000,00 |
| | VALOR TOTAL DO CONTRATO | | | | | | R\$ 15.200,00 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 14/12/2023 e encerramento em 13/12/2024.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da Contratação é de **R\$ 15.200,00 (Quinze Mil e Duzentos Reais)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.0.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas

em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024 , na classificação abaixo:

- Funcional Programática : 04.125.2201.21D5.5664 – **Gestão de Políticas de Proteção de Dados**
- Plano Orçamentário: 5664– Tecnologia da Informação e Comunicação
- PTRES: 234.912 – Tecnologia da Informação e Comunicação
- Natureza da Despesa: 4.4.90.40-03 Serviços Técnicos Profissionais de TIC
- Fonte de Recursos: 1000

4.1. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação

das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo

as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR

Autoridade Nacional de Proteção de Dados
Diretor-Presidente

WADES ANDRÉ DA ROCHA

Crossing Comércio e Serviços de Tecnologia LTDA
Sócio Administrador



Documento assinado eletronicamente por **Wades Andre Da Rocha, Usuário Externo**, em 12/09/2024, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, Diretor(a) Presidente**, em 13/09/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://anpd-super.mj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0144997** e o código CRC **FBA99648**.

